

**LEGISLATIVO /** Liderada pelo PT, oposição se une ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e a partidos de centro para lançar candidato único à eleição na Casa. Objetivo é derrotar Arthur Lira (PP), concorrente que tem o aval do presidente Jair Bolsonaro

# Amplio bloco contra Planalto

» WESLEY OLIVEIRA

Depois de diversas reuniões e negociações, os partidos da oposição definiram, ontem, apoiar o candidato que for apresentado por Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a disputa da Presidência da Câmara. Além do PT, que detém a maior bancada da Casa, integram o grupo PSB, PCdoB, Rede e PDT. O amplo bloco terá, ainda, siglas de centro: DEM, MDB, PSL, PSDB, Cidadania e PV. Somando todas as bancadas, são 281 deputados.

Apesar da adesão das siglas, Maia não anunciou o nome de quem será o candidato do grupo — embora tenha prometido que definiria até ontem. Os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e Baleia Rossi (MDB-SP) estão no páreo por essa chancela.

“Temos muitas diferenças, mas há uma pauta que nos une: a defesa da democracia, das instituições e da liberdade desta Casa. Acreditamos muito relevante participar deste movimento”, afirmou a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Pelo acordo que está sendo costurado, os petistas ficarão com a primeira secretaria da Mesa Diretora da Câmara.

Maia fez discurso semelhante: “Este grupo que, hoje (ontem), se apresenta tem muitas diferenças, sim. Porque, diferentemente daqueles que não suportam viver no

Reprodução/Twitter



Maia reuniu-se com lideranças dos 11 partidos do bloco e leu uma carta em defesa da democracia

marco das leis e das instituições que não suportam o contraditório, nós nos fortalecemos nas divergências, no respeito, na civilidade e nas regras do jogo democrático”, destacou.

Ao lado de lideranças dos 11 partidos do bloco, Maia leu uma carta em defesa da democracia. Segundo ele, a Câmara ganhou projeção nos últimos anos por ter se tornado a “fortaleza da de-

mocracia no Brasil, o território da liberdade, exemplo de respeito e empatia com milhões de cidadãos brasileiros”.

Sem citar o presidente Jair Bolsonaro, que não esconde a preferência por Arthur Lira (PP-AL) — o único candidato oficial à Presidência da Câmara —, Maia acusou o governo de autoritarismo e citou Ulysses Guimarães, que presidiu a Casa em duas ocasiões:

antes da ditadura militar, entre 1956 e 1958, e na redemocratização, entre 1985 e 1989.

“Enquanto alguns buscam corroer e lutam para fechar nossas instituições, nós, aqui, lutamos para valorizá-las. Enquanto uns cultivam o sonho torpe do autoritarismo, nós fazemos a vigília da liberdade. Enquanto uns se encontram nas trevas, nós celebramos a luz”, enfi-



**Esta não é uma eleição entre candidato A ou candidato B. Esta é a eleição entre ser livre ou subserviente; ser fiel à democracia ou ser capacho do autoritarismo; ser parceiro da ciência ou ser conivente com o negacionismo; ser fiel aos fatos ou ser devoto de fake news”**

Trecho da nota do bloco

livre ou subserviente; ser fiel à democracia ou ser capacho do autoritarismo; ser parceiro da ciência ou ser conivente com o negacionismo; ser fiel aos fatos ou ser devoto de fake news”, diz.

Líder do PCdoB na Câmara, Orlando Silva (SP) afirmou que o nome a ser definido pelo bloco terá o compromisso de não fazer da Câmara um “anexo” do Palácio do Planalto. “A decisão da oposição caminha para ter um lado, e é o lado da democracia. Não definimos quem será o candidato a presidente, mas vamos trabalhar por um nome que não anexe o Palácio do Planalto à Câmara dos Deputados. Vamos fazer oposição com partidos de outro campo, apesar de tantas diferenças”, frisou o parlamentar.

Líder do Centrão, Arthur Lira acabou sendo rejeitado pelas bancadas de esquerda justamente por ter apoio do Planalto. Ele, no entanto, já conseguiu a adesão de nove siglas que, ao todo, somam mais de 200 parlamentares. O mais recente partido a juntar-se ao grupo foi o Republicanos, liderado por Marcos Pereira (SP), ex-alocado de Maia.

A votação para Presidência da Câmara ocorre em 1º de fevereiro e será secreta. Portanto, a adesão de um partido a determinado bloco não impede que determinado deputado vote no candidato diferente ao indicado por sua sigla. (Com Agência Estado)

## CASO FLÁVIO BOLSONARO

# Investigação sobre suposto uso da Abin

» RENATO SOUZA

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou abertura de investigação, pela Procuradoria-Geral da República (PGR), para apurar o suposto uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no auxílio à defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), no caso das rachadinhas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). No despacho, a magistrada vê possível crime de responsabilidade e advocacia administrativa. De acordo com a revista *Época*, a defesa do parlamentar recebeu dois relatórios sobre suposta devassa ilegal, por parte dos servidores da Receita, nas contas pessoais do parlamentar.

Os levantamentos seriam utilizados para nortear as ações dos advogados de Flávio, que tentam arquivar as acusações contra ele. O parlamentar é suspeito de chefiar um esquema montado no gabinete dele quando ocupava o cargo de deputado estadual na Alerj. Ele tornou-se alvo de investigações pelo Ministério Público do Rio, baseadas em movimentações financeiras suspeitas identificadas pela Receita Federal.

Em nota, a Abin e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) negaram a colaboração com os relatórios. No entanto, o general Augusto Heleno, chefe do GSI, confirmou ter se reunido com o presidente Jair Bolsonaro e duas advogadas do senador. Mas, ele diz que os pedidos não foram levados adiante. A revista *Crusoe* aponta que o próprio diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, repassou, por WhatsApp, os relatórios para a defesa do parlamentar. Ramagem é amigo da família do presidente.

A Abin negou a produção de qualquer tipo de relatório para auxiliar a defesa de Flávio. Em nota, o órgão afirmou que as informações publicadas na imprensa são inverídicas. “Nenhum relatório foi produzido com tema, assunto, texto ou o título exposto, tampouco a forma e o conteúdo dispostos correspondem a relatórios confeccionados por servidores em atividade na Abin”, assegurou.

De acordo com a Abin, as denúncias estão “respaldadas apenas em trechos mal redigidos, com linguagem atécnic e sem relação com a atividade de Inteligência”. Apesar da negativa, a instituição pediu que os documentos sejam apresentados para apuração.

## Moro pede relatórios

» SARAH TEÓFILO

A defesa do ex-ministro da Justiça Sergio Moro pediu, ontem, ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que seja incluído no inquérito sobre suposta interferência política do presidente Jair Bolsonaro na Polícia Federal a cópia dos documentos que teriam sido produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em apoio à defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Os advogados de Moro solicitam, ainda, que o diretor da Abin, Alexandre Ramagem, seja ouvido, novamente, no âmbito do inquérito. “Essas medidas são pertinentes porque o presidente da República é investigado no referido inquérito, justamente por suspeita

de interferência indevida em órgãos de Estado”, afirmou o advogado Rodrigo Sánchez Rios. No pedido, a defesa cita reportagens da revista *Época* que tratam do assunto. Em uma delas, o veículo aponta dois relatórios produzidos pela Abin para orientar a defesa de Flávio sobre o que fazer para conseguir documentos que o auxiliassem a anular o caso das rachadinhas. Por sua vez, a revista *Crusoe* mostrou, em reportagem, que o próprio Ramagem enviou a Flávio, por WhatsApp, os relatórios produzidos pela Abin.

Na época em que pediu demissão, Moro afirmou que o presidente tentava trocar o diretor da Polícia Federal, e o nome escolhido era o de Ramagem. A posse dele, entretanto, foi barrada por Moraes.

**Polliane Santos**  
EDUCADORA SOCIAL

## RENDA TEMPORÁRIA PARA EDUCADORES SOCIAIS

A Polliane dedicou sua vida a ensinar. E a Câmara Legislativa do Distrito Federal dedicou uma lei a ela.

Em 2020 a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou ações que ajudaram muitas pessoas a seguirem em frente durante a pandemia, como é o caso da **Renda Temporária para Educadores Sociais**, que está beneficiando muitos trabalhadores voluntários que auxiliam no cotidiano escolar, com uma renda no valor de R\$ 500,00, enquanto as aulas não retornam.

Para nós, o mais importante são as pessoas.

Fotografe o QR Code e conheça mais ações da CLDF.  
cl.df.gov.br  
LEI 6.579/2020

CÂMARA LEGISLATIVA  
DISTRITO FEDERAL